



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS
2022

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2022 e 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 21 de março de 2023.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos milhares de reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------|--------------|--------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 5 | 23 | 25 |
| Outros créditos | | 16 | 14 |
| Total do circulante | | 39 | 39 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Concessão do serviço público (ativo de contrato) | 8 | 9.216 | 2.726 |
| Total do não circulante | | 9.216 | 2.726 |
| Total do ativo | | 9.255 | 2.765 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos milhares de reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|------|--------------|--------------|
| Passivo | | | |
| Cirulante | | | |
| Fornecedores | 10 | 308 | - |
| Dividendos | 12.5 | 109 | - |
| Impostos e contribuições sociais | 9 | 32 | 6 |
| Total do circulante | | 449 | 6 |
| Não circulante | | | |
| Impostos e contribuições sociais | 9 | 347 | 99 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 6 | 284 | 84 |
| Total do não circulante | | 631 | 183 |
| Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital | | | |
| Capital social | 12.1 | 2.046 | 11 |
| Reserva lucros | 12.3 | 25 | 2 |
| Reserva especial de dividendos | 12.4 | 854 | 528 |
| | | 2.925 | 541 |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 7 | 5.250 | 2.035 |
| Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital | | 8.175 | 2.576 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 9.255 | 2.765 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstrações de Resultados

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos milhares de reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|------|-------------|--------------|
| Receita operacional líquida | 13 | 6.243 | 2.626 |
| Custo de operação | 14 | (5.473) | (2.005) |
| Lucro bruto | | 770 | 621 |
| Despesas gerais e administrativas | 14 | (111) | (4) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos | | 659 | 617 |
| Despesas financeiras | | (1) | - |
| Despesas financeiras líquidas | | (1) | - |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 658 | 617 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 6 | (200) | (84) |
| Lucro líquido do exercício | | 458 | 533 |
| Lucro por ação R\$ | 15 | 0,30 | 48,45 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos milhares de reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 15 | 458 | 533 |
| Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | | |
| Outros resultados abrangentes | | - | - |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício | | 458 | 533 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

| Nota | Capital social | Reservas de lucros | | Reserva Especial de dividendos | Lucros (Prejuízos) acumulados | Recursos destinados a futuro aumento de capital | Total |
|---|----------------|--------------------|------------|--------------------------------|-------------------------------|---|----------|
| | | Reserva legal | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 11 | - | - | - | (3) | - | 8 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 533 | - | 533 |
| Proposta de destinação do lucro líquido: | | | | | | | |
| Reserva legal | 12.2 | - | 2 | - | (2) | - | - |
| Reserva especial de dividendos | 12.4 | - | - | 528 | (528) | - | - |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 7 | - | - | - | - | 2.035 | 2.035 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 11 | 2 | 528 | - | 2.035 | 2.576 | |
| Aumento de capital conforme AGOE de 30/04/2022 | 2.035 | - | - | - | - | (2.035) | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 458 | - | 458 |
| Proposta de destinação do lucro líquido: | | | | | | | |
| Reserva legal | 12.2 | - | 23 | - | (23) | - | - |
| Dividendos | 12.5 | - | - | - | (109) | - | (109) |
| Reserva especial de dividendos | 12.4 | - | - | 326 | (326) | - | - |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 7 | - | - | - | - | 5.250 | 5.250 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 2.046 | 25 | 854 | - | 5.250 | 8.175 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|------|----------------|----------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 15 | 458 | 534 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | 200 | 84 |
| PIS & COFINS diferido | | 228 | 99 |
| Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão | 8 | (1.060) | (642) |
| Remuneração do ativo de contrato | 8 | 250 | (4) |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante | | | |
| (Aumento) de outros créditos | | (2) | (14) |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante | | | |
| Aumento de fornecedores | | 23 | - |
| Aumento de tributos e contribuições sociais | | 46 | 5 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 143 | 62 |
| Atividades de investimentos | | | |
| Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia | | (5.395) | (2.080) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | | (5.395) | (2.080) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | 7 | 5.250 | 2.035 |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | | 5.250 | 2.035 |
| Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa | | (2) | 17 |
| Caixa e equivalentes de caixa iniciais | 5 | 25 | 8 |
| Caixa e equivalentes de caixa finais | 5 | 23 | 25 |
| Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa | | (2) | 17 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA TOCANTINS TRANSMISSORA DE ENERGIA II
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|---|------|----------------|----------------|
| Geração do valor adicionado | | | |
| Receitas | | | |
| Remuneração do ativo de contrato de concessão | 13 | 810 | 646 |
| Receitas de construção | 13 | 5.680 | 2.080 |
| | | 6.490 | 2.726 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Materiais, Serviços de terceiros e outros | 14 | (107) | (4) |
| Custo de construção | 14 | (5.478) | (2.005) |
| | | (5.585) | (2.009) |
| Valor adicionado bruto | | 905 | 717 |
| Valor adicionado líquido produzido | | 905 | 717 |
| Valor adicionado a distribuir | | 905 | 717 |
| Distribuição do valor adicionado: | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 447 | 184 |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Dividendos | 12.5 | 109 | - |
| Reserva legal | 12.2 | 23 | 2 |
| Reserva especial de dividendos | 12.4 | 326 | 528 |
| Absorção da prejuízos | | - | 3 |
| | | 905 | 717 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de junho de 2019 e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 30 de setembro de 2021, foi assinado o contrato de concessão nº 14/2021 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 30 de setembro de 2051, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Tocantins, compostas pela ampliação da Subestação Gurupi, com a construção do novo pátio de 138kV e inclusão de 2 unidades trifásicas de 230/138-13,8kV de 100MVA.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A controladora Energisa Transmissão de Energia S/A foi vencedora do lote 04 do Leilão Aneel 01/2021 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 30 de junho de 2021, na Bovespa, em São Paulo. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$ 64.789. O prazo regulatório para entrada em Operação Comercial do empreendimento é de 36 meses estimado para 30 de setembro de 2024.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2.2 Moeda e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 8 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

| Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9 | |
|--|---|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem os saldos a pagar a fornecedores.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 43/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo de contrato da companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

Imposto de renda e contribuição social - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia;

d. Receita Operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano; e
- **Ganho ou perda de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias de Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL.

e. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

| Normas | Descrição | Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após |
|---------------------|---|--|
| IFRS 17 | Contratos de seguros | 1º de janeiro de 2023 |
| Alterações ao IAS 1 | Classificação de passivos como circulante ou não circulante | 1º de janeiro de 2024 |
| Alterações ao IAS 8 | Definição de estimativas contábeis | 1º de janeiro de 2023 |

Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 -
Declaração de Prática

Divulgação de políticas contábeis

IAS 1 (1º de janeiro de 2023)
/ IFRS 2 - Declaração de prática
(sem data de vigência ou exigência
de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

| Normas | Descrição | Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após |
|---|---|--|
| IAS 37 | Contrato oneroso | 1º de janeiro de 2022 |
| IFRS 3 | Referência à estrutura conceitual | 1º de janeiro de 2022 |
| IAS 16/CPC 27 | Imobilizado | 1º de janeiro de 2022 |
| IAS 2 CPC 16 | Estoque | 1º de janeiro de 2022 |
| Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020 | Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29 | 1º de janeiro de 2022 |

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------|-----------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 23 | 25 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 23 | 25 |

6 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|-------------|
| Passivo | | |
| Diferenças temporárias: | | |
| Imposto de Renda | 209 | 62 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido | 75 | 22 |
| Total | 284 | 84 |
| Total Passivo não circulante | (284) | (84) |

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

| | 2022 | | 2021 | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Base de cálculo | IRPJ + CSLL | Base de cálculo | IRPJ + CSLL |
| Concessão do serviço público - ativo de contrato | (835) | (284) | (247) | (84) |
| Total - Ativo (Passivo) não circulante | (835) | (284) | (247) | (84) |

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

| Regime lucro presumido | 2022 | | 2021 | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Receitas de operações com transmissão de energia | | | | |
| Receitas operacional bruta | 6.490 | 6.490 | 2.726 | 2.726 |
| Alíquotas de presunção | 8% | 12% | 8% | 12% |
| Lucro presumido sobre a receita bruta | 519 | 779 | 218 | 327 |
| Base de cálculo total | 519 | 779 | 218 | 327 |
| Alíquota efetiva | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Outros | | | | |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (130) | (70) | (55) | (29) |

7 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissora S/A, que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

| | Sigla | Ramo de atividade |
|---|-------------|------------------------|
| Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A | EPA I | Transmissão de energia |
| Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A | EGO I | Transmissão de energia |
| Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A | ETT I | Transmissão de energia |
| Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A | EPA II | Transmissão de energia |
| Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A | EAM | Transmissão de energia |
| Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A | EPTE | Transmissão de energia |
| Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A | EAP | Transmissão de energia |
| Gemini Energy S/A | GEMINI | Holding |
| Nova Gemini Transmissão de Energia S/A; | NOVA GEMINI | Holding |
| Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A; | EAM II | Transmissão de energia |
| Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e | ETE VII | Transmissão de energia |
| Energisa Transmissão de Energia IX S/A. | ETE IX | Transmissão de energia |

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

| | Sigla | Ramo de atividade |
|--|-------|----------------------------|
| Controladas diretas das Energisa S/A | | |
| · Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A; | EPB | Distribuição de energia |
| · Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A | EMR | Distribuição de energia |
| · Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A; | EBO | Distribuição de energia |
| · Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A; | ESE | Distribuição de energia |
| · Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A; | ERO | Distribuição de energia |
| · Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A; | EAC | Distribuição de energia |
| · Energisa Soluções S/A; | ESOL | Serviços |
| · Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; | ESOLC | Serviços |
| · Energisa Comercializadora de Energia Ltda; | ECOM | Comercialização de energia |

| | | |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Voltz Capital S/A; e Alsol Energias Renováveis S/A. | VOLTZ ALSOL | Serviços Holding |
| Rede Energia Participações S/A <ul style="list-style-type: none"> Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A; Multi Energisa Serviços S/A; Rede Power do Brasil S/A; Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e QMRA Participações S/A. | EMT EMS ETO ESS MULTIENERGISA REDE POWER CTCE QMRA | Distribuição de energia Distribuição de energia Distribuição de energia Distribuição de energia Serviços Holding Comercialização de energia Holding |
| Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A: <ul style="list-style-type: none"> Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda; URB Energia Limpa Ltda; Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda); Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A); Renosolar Engenharia Elétrica Ltda; Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda. | LARALSOL URB REENERGISA I REENERGISA II RENESOLAR FLOWSOLAR CARBONSOLAR | Geração de energia distribuída Geração de energia distribuída Geração de energia distribuída Geração de energia distribuída Geração de energia distribuída Geração de energia distribuída Geração de energia distribuída |

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

| | Serviços contratados | Saldo a pagar (fornecedores) | Recursos destinados a futuro aumento de capital (1) |
|-----------------------------|----------------------|------------------------------|---|
| Energisa S/A ⁽³⁾ | (21) | (21) | - |
| ESOL ⁽²⁾ | (979) | (188) | - |
| ETE | - | - | (5.250) |
| 2022 | (1.000) | (209) | (5.250) |
| 2021 | - | - | (2.035) |

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Energisa Soluções S/A: as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

8 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos de contratos, serão recebidos pelas companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

| Descrição | |
|--|---|
| Linhas de Transmissão | Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA |
| Margem de construção | 21,60% |
| Margem de operação e manutenção | 4,85% |
| Taxa de remuneração | 3% a 8% a.a. |
| Índice de correção dos contratos | IPCA |
| Custos incorridos | 7.478 |
| RAP anual | 4.786 |
| Ativo de contrato em 2020 | - |
| Receita de remuneração do ativo de contrato | 4 |
| Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura | (317) |
| Receita das margens da obrigação de performance de construção | 959 |
| Receita de construção da infraestrutura | 2.080 |
| Ativo de contrato em 2021 | 2.726 |
| Receita de remuneração do ativo de contrato | (250) |
| Receita das margens da obrigação de performance de construção | 1.267 |
| Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura | (207) |
| Receita de construção da infraestrutura | 5.680 |
| Ativo de contrato em 2022 | 9.216 |

9 Impostos e Contribuições Sociais

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|------------|
| Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽¹⁾ | 347 | 99 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 4 | 1 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 8 | 1 |
| Outros | 20 | 4 |
| Total | 379 | 105 |
| Circulante | 32 | 6 |
| Não circulante | 347 | 99 |

(1) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|------------|
| Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽¹⁾ | 347 | 99 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 4 | 1 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 8 | 1 |
| Outros | 20 | 4 |
| Total | 379 | 105 |
| Circulante | 32 | 6 |

| | 2022 | 2021 |
|---|------|------|
| Não circulante | 347 | 99 |
| (1) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida. | | |

10 Fornecedores

| | 2022 |
|---------------------------|------------|
| Serviços | 308 |
| Total - circulante | 308 |

11 Provisões possíveis para riscos regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscais.

Perdas Possíveis:

A Companhia possui processos de natureza regulatória em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

| | Regulatório | 2022 |
|---------------------------------------|-------------|------------|
| Novos processos | 470 | 470 |
| Mudança de prognóstico e valor pedido | 5 | 5 |
| Atualização Monetária | 15 | 15 |
| Saldo em 31/12/2022 | 490 | 490 |

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.046 (R\$11 em 2021), representando 2.046.000 (11.000 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.035, passando o capital social da Companhia de R\$11 para R\$2.046, com emissão de 2.035.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A. e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa Transmissão de Energia S.A. registrados até 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$2.035.

12.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

12.3 Limite da Reserva de Lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as reservas de retenção de lucros montam em R\$25, não sendo superiores ao capital social de R\$2.046 (R\$11 em 2021).

12.4 Reserva Especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2022 no montante de R\$854 (R\$528 em 2021), se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

12.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Administração está propondo a seguinte distribuição do resultado:

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 458 | 533 |
| Absorção de prejuízos | - | (3) |
| Reserva legal - 5% | (23) | (2) |
| Lucro líquido ajustado | 435 | 528 |
| Dividendos obrigatórios (25%) | 109 | 132 |
| . Reserva especial de dividendos - R\$0,159380288 (R\$47,9770681818 em 2021) por ação ordinária | 326 | 396 |
| Total dos dividendos | 435 | 528 |
| % sobre o lucro líquido ajustado | 100% | 100% |

13 Receita operacional

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|--------------|
| Receita de construção da infraestrutura | 5.680 | 2.080 |
| Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura | (207) | (317) |
| Receita das margens da obrigação de performance da construção | 1.267 | 959 |
| Receita de remuneração do ativo de contrato | (250) | 4 |
| Total de receita operacional bruta | 6.490 | 2.726 |
| Deduções da receita operacional | | |
| PIS Corrente | (3) | (4) |
| PIS Diferido | (41) | (14) |
| COFINS Corrente | (16) | (19) |
| COFINS Diferido | (187) | (63) |
| Dedução da receita | (247) | (100) |
| Receita operacional líquida | 6.243 | 2.626 |

14 Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

| | Custo do serviço | | Despesas operacionais | | Total | |
|-----------------------|-----------------------|--|--------------------------|--|--------------|--------------|
| | Prestação a Terceiros | | Gerais e Administrativas | | 2022 | 2021 |
| Serviços de terceiros | - | | 107 | | 107 | 4 |
| Custo de construção | 5.473 | | - | | 5.473 | 2.005 |
| Outros | - | | 4 | | 4 | - |
| | 5.473 | | 111 | | 5.584 | 2.009 |

15 Lucro por ação básico e diluído

| | 2022 | 2021 |
|--|-------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício: | 458 | 533 |
| Média ponderada das ações | 1.537 | 11 |
| Lucro líquido básico por ação - R\$¹ | 0,30 | 48,45 |

¹ A Companhia não possui instrumento diluidor.

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| ATIVO | Nível | 2022 | | 2021 | |
|------------------------------|-------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Custo amortizado: | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | | 23 | 23 | 25 | 25 |
| | | 23 | 23 | 25 | 25 |

| PASSIVO | Nível | 2022 | |
|--------------------------|-------|------------|-------------|
| | | Contábil | Valor justo |
| Custo amortizado: | | | |
| Fornecedores | | 308 | 308 |
| | | 308 | 308 |

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia está exposta a riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

A Companhia monitora tais riscos operacionais por meio da eficiência em seus controles internos e rígidos controles de contratação de parceiros no intuito de manter as melhores práticas de gestão e planejamento na construção de suas linhas de transmissão.

17 Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da

operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental das instalações de transmissão.

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

3. Gestão de Resíduos Sólidos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia obteve a licença de instalação 243/2022 em 16 de junho de 2021 necessária para a instalação do empreendimento.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 os investimentos em meio ambiente foram de R\$ 296.

(*) As Informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

18 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

| | 2022 | 2021 |
|--|-------|------|
| Atividades operacionais | | |
| Remuneração do ativo de contrato da concessão | (250) | 4 |
| Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão | 1.060 | 642 |
| Fornecedores | 285 | - |
| Atividades de investimento | | |
| Intangível - Fornecedores | 285 | - |
| Atividades de Financiamento | | |
| Aumento de Capital | 2.035 | - |

19 Eventos Subsequentes

19.1 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

---*---

20 Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0